

O último dos Ramires ilustres

Raquel Trentin

Universidade Federal de Santa Maria, RS
raqtrentin@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3366-9811>

Com observa Ofélia Paiva Monteiro, *A ilustre casa de Ramires* (1900) se constrói em torno de Gonçalo a ponto de adquirir o cariz de “romance de personagem” (2014). Sendo assim, proponho aqui uma interpretação do protagonista e do romance baseada na análise de estratégias técnico-narrativas, recursos “retórico-discursivos”, vinculados a “dispositivos acionais” (ação e motivação), que sustentam a “figuração” (Reis, 2015) de Gonçalo Mendes Ramires. Nos termos teóricos de Jens Eder (2014), observo a personagem enquanto “artefacto textual” e “ser ficcional” (com corpo, mentalidade, sociabilidade, agência) para compreender sua representação “temática/simbólica” e sua relação “sintomática” com o contexto de produção/recepção da obra, especificamente no que se refere ao nacionalismo e ao colonialismo.

Palavras-chave: Eça de Queirós, *A Ilustre casa de Ramires*, figuração do protagonista, nacionalismo, colonialismo.

As Ofélia Paiva Monteiro observes, *A ilustre casa de Ramires* (1900) is built around Gonçalo and thus characterized as a “character novel” (2014). Therefore, I propose here an interpretation of the protagonist and the novel based on the analysis of technical-narrative strategies, “rhetorical-discursive” resources, linked to “actional devices” (action and motivation), which support the “figuration” (Reis, 2015) of Gonçalo Mendes Ramires. In the theoretical terms of Jens Eder (2014), I observe the character as a “textual artefact” and “represented being” (with body, mentality, sociability, agency) to understand his “thematic/symbolic” representation and his “symptomatic” relationship with the context of production/reception of the work, specifically related to nationalism and colonialism.

Keywords: Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, figuration of the protagonist, nationalism, colonialism.

Um dos primeiros artifícios de Eça de Queirós, que prepara a atuação de seu protagonista na intriga, é situá-lo na linha de sucessão de seus antepassados, mediante a enumeração sumariada de eventos marcantes dessa saga familiar. No elenco de ações dos Ramires na guerra, na definição das fronteiras nacionais, na exploração colonialista, na política, associadas a lances conhecidos da história de Portugal, vão sobressaindo, a par da bravura e da lealdade que impera nos primeiros tempos, a extrema violência, a pirataria, a escravização de negros, o machismo, a arruaça, o oportunismo político-ideológico, o desvirtuamento das funções públicas por interesses pessoais, a ociosidade da aristocracia – que assim sugerem que se entenda pelo avesso a definição inicial do narrador: “Em cada lance forte da história de Portugal, sempre um Mendes Ramires avultou grandiosamente pelo heroísmo, pela lealdade, pelos nobres espíritos” (Queiroz, 1997: 224). Costurada então pela ironia, essa enumeração projeta uma escala gradativa, ou melhor degradativa: a ideia da degeneração do herói, em analogia com a da nação, o que favorece a expectativa de que o último dos Ramires ilustres poderia descer ainda mais baixo...

No entanto, o modo como Gonçalo Ramires é reverenciado na história indica justamente o contrário, e essa aclamada nobreza também pode impressionar o leitor e a leitora: “Naquela sua velha aldeia de Santa Irineia, e na vila vizinha, Vila-Clara, e mesmo na cidade, em Oliveira, todos [o] conheciam pelo “Fidalgo da Torre” (223). E “como confessava um severo genealogista, o morgado da Cidadelhe”, Gonçalo “era certamente o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal”, herdeiro de uma linha genealógica “pura e varonil” (224). Essa dinâmica ambivalente perpassa a construção da personagem até o fim da narrativa.

Portanto, já a abertura do romance põe em contraponto dois modos de narrar a história dos Ramires e, em analogia, a de Portugal: a narrativa do heroísmo, da conquista, da bravura; ou, a contrapelo, a narração de uma catástrofe a acumular incansavelmente ruína sobre ruína (parafraseando as palavras de Walter Benjamin, em suas Teses sobre a História). É à primeira forma de narrar a história que se apegua Gonçalo, a convite do Castanheiro Patriotinheiro com o alevantado intento de despertar em todo o país “o amor tão arrefecido das belezas, das grandezas e das glórias de Portugal”, refazer “à nação abatida uma consciência da sua heroicidade” (Queiroz, 1997: 226), fim que teria alcançado já na sua novela de estreia *D. Guiomar*, que conta, “em estilo terço, másculo, de boa cor arcaica” (227), a história de um herói português que descobre a traição de sua esposa, “a mácula no seu nome tão puro” (note-se o trocadilho entre másculo e mácula) e que assassina mulher e amante.

Também é com esse intuito patriota que Castanheiro implora a Gonçalves a retomada do projeto de escrever uma novela histórica sobre o passado heroico dos Ramires e assim resgatar o sentimento nacional. Toda a sua fala, a sua ideologia está crivada de uma ironia sarcástica (criada pela contradição dos argumentos e pela despropositada entonação) que a sabota, ao indicar, subliminarmente, a mitificação, o falseamento como modos de contar o passado:

vocês são uma enfiada de Ramires de toda a beleza. Mesmo o desembargador, o que comeu numa ceia de Natal dois leitões... é apenas uma barriga. Mas que barriga! Há nela uma pujança heroica que prova raça... Resgatar estes varões de alma façanhuda, o querer sublime que nela verga, é uma soberba lição aos novos (Queiroz, 1997: 230).

Para essa “renovação social”, o importante não são exatamente os fatos, nem a avaliação crítica aprofundada da complexidade do passado histórico, mas a eloquência, o artificialismo literário: “E você não precisa fazer um grande romance... Nem um romance muito desenvolvido está na índole militante da Revista. Basta um conto de vinte, trinta páginas... [...] para a grande renovação social... [...] A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos” (Queiroz, 1997: 230). É a partir dessa introdução – a qual me parece cumprir o papel de uma moldura semântica – que podemos analisar mais de perto a figuração de Gonçalves.

Como em *Os Maias*, o narrador d’*A ilustre casa de Ramires* evita uma caracterização direta do seu protagonista, bem como avaliações explícitas e genéricas sobre sua personalidade. Até mesmo as características físicas de Gonçalves aparecem a partir do seu próprio olhar diante do imenso espelho de colunas douradas que decora seus aposentos. Em geral, o narrador se restringe a acompanhar as investidas e recuos do seu protagonista rumo ao poder, abrindo espaço para que o próprio Gonçalves se debata sobre si por meio da transposição do seu discurso interior. Assim, os leitores vão também penetrando na intimidade psicológica de Gonçalves e descobrindo seus desejos e conflitos mais secretos, que muitas vezes são mascarados e contraditos no convívio social. Esse aprofundamento na psicologia da personagem, ao dar complexidade e humanidade ao herói, que nesse sentido em muito se diferencia das demais personagens do romance, contribui para a nossa simpatia por ele, ou melhor, para aplacar a nossa antipatia.

O segundo capítulo d’*A ilustre casa de Ramires* é fulcral para a caracterização psicológica de Gonçalves, porque traça, a partir da focalização interna, as forças geradoras da intriga e essa dinâmica deixa ainda mais claro que o progresso da história depende fundamentalmente da agência, das motivações do protagonista. Na sua deambulação interior, Gonçalves deixa entrever

sua principal intenção – o desejo de uma posição política em Lisboa – e seu plano de ação para concretizá-la – “lentas e seguras avançadas para o Poder” (Queiroz, 1997: 238), assim como a consciência dos obstáculos a serem superados, como as dificuldades financeiras e as rivalidades partidárias, especialmente com André Cavaleiro. Para o estabelecimento de um quadro de motivações que ressoarão em toda a história e darão verossimilhança ao desfecho da personagem, importante é ainda a narrativa onírica ao fim do capítulo, em que o fidalgo sonha que está “muito longe, sobre as relvas profundas dum prado da África, debaixo de coqueiros sussurrantes, entre o apimentado aroma de radiosas flores que brotavam através de pedregulhos de ouro” (Queiroz, 1997: 254). Sendo assim, a ida para África, no desfecho, pode ser lida como um desejo que vinha de longa data, não como uma resolução abrupta, imotivada.

Como bem deixa revelar a narração desse discurso interior, a escrita da novela sobre seus antepassados surge a Gonçalves não como um compromisso com a história ou com o país, mas como uma oportunidade de edificar um *status* político e alavancar seu projeto de poder, “com sagacidade, sobre a base do seu nome histórico” (Queiroz, 1997: 239). Essa relação conflituosa entre o bem pessoal e o bem social – ou melhor, o interesse individual escondido sob a narrativa do interesse público – é outra força motriz da figuração de Gonçalves e, por conseguinte, da conformação temática da narrativa.

Recurso discursivo fundamental para a caracterização do protagonista, a narrativa intradieética escrita por Gonçalves, ao expandir uma célula da saga ramírica, permite qualificar o passado e dar sentido à tradição que herdará. Crucial, então, é perceber como tal intriga se relaciona com a história do fidalgo da torre, começando por estabelecer uma relação de notável divergência e terminando por desembocar numa relação de notável convergência. Como resume a professora Ofélia Paiva Monteiro (2014): “a novela metadieética constitui, toda ela, um exercício de ironia”, quer por um “jogo de contrastes com a ficção enquadrante” [por exemplo, entre a pusilanimidade de Gonçalves e a bravura dos seus antepassados, ou entre o valor da palavra dada por Tructesindo para manter a honra e a facilidade com que Gonçalves abre mão dela para atingir interesses financeiros], “quer pela paródia feita dos sentimentos patéticos e lances melodramáticos cultivados pelo romance histórico romântico” (33).

A par dos muitos paralelos já traçados entre as duas narrativas, gostaria de salientar o modo de entrelaçamento da diegese e da metadiegesis ao final do romance. Não há uma relação de causalidade direta entre os acontecimentos de cada história, nem uma função explicativa da novela enxertada sobre a narrativa principal; mas uma conexão temática, em que a vitória

de Tructesindo Ramires, baseada na execução bárbara de Lopo de Baião, aproxima-se da vitória de Gonçalo, baseada na violência extrema contra o valentão de Nacejas – aproximação que legitima, por fim, as noções de linhagem e de herança. Ato simbólico dessa legitimação é a nota de Gonçalo, nas margens do manuscrito da novela histórica, da sua conquista recente: “Hoje, na freguesia da Grainha, tive uma briga terrível com dois homens que me assaltaram a pau e tiro, e que castiguei severamente...” (Queiroz, 1997: 430). E essa validação é arrematada tanto pela consciência de Gonçalo da sua heroicidade, quanto pela aclamação dos jornais e do povo ao “vencedor” daquela “batalha ilustre” (420).

Gostaria de destacar, no entanto, um artifício discursivo que é dos mais eficazes para a figuração de Gonçalo: a narrativa repetitiva, já mencionada no estudo de Giuliano Lellis, “A imagem dos Ramires e Gonçalo: construção do discurso da história através da manutenção do poder” (2011). N’*A Ilustre casa de Ramires*, conta-se *n* vezes aquilo que aconteceu uma vez (Genette, 1995), variando-se ora o emissor, ora o interlocutor, ora o contexto da enunciação, sempre realçando-se a diversidade de versões sobre os fatos e a relativização da verdade.

Fundamental para essa relativização é o contraponto entre o que aconteceu – que o narrador nos mostra geralmente pela representação dramática detalhada – e o que se conta sobre o acontecido, *a posteriori*. Esse empilhamento de versões sobre o mesmo episódio fica muito evidente na narrativa do contrato falado de arrendamento de terras ao Casco, que é relatado pela primeira vez pelo narrador e mais cinco vezes pelo próprio Gonçalo, o qual ora subtrai, ora acrescenta informações ao acontecido, sempre subvertendo o fato para convencer seus interlocutores de suas razões de ter rompido a palavra dada ao outro ou para preservar seus interesses pessoais. Isso acontece, por exemplo, em resposta à oferta mais atraente de arrendamento que lhe faz o Pereira. Entre outras informações, Gonçalo acrescenta: “Ficou de aparecer para combinar, tratar da escritura. Não o avistei mais, há quase duas semanas! Naturalmente já virou, já se arrependeu...” (Queiroz, 1997: 263). Depois, ao Padre Soeiro, sumariza: “Efetivamente o Casco veio à Torre, conversamos. Primeiramente quis, depois não quis. Aquelas coisas do Casco! Enfim, uma maçada... Não ficou nada decidido!...” (285). Ainda retoma a mesma narrativa, distorcendo os dados para o Gouveia, na ocasião do pedido de prisão do Casco, e ao Mendonça, para justificar sua visita inesperada ao governador civil. Entre essas narrativas, há uma bastante significativa e exemplar do modo de representação psicológica da personagem, em que Gonçalo relembra a si mesmo o acontecido, como que tentando se convencer da mentira que inventou: “E, realmente, nenhum acordo firmado

o colava ao Casco. Entre eles apenas se esboçara uma conversa, sobre um arrendamento possível da Torre, a debater depois miudamente, numa base nova de novecentos e cinquenta mil réis...” (265).

O mesmo tipo de repetição e de distorção das informações verifica-se nas narrativas do confronto de Gonçalo com Casco, que lhe pede satisfações pela quebra do acordo firmado, e da consequente fuga desesperada do fidalgo que é narrada em detalhes pelo narrador heterodiegético. Ao contar o fato para diferentes interlocutores, Gonçalo novamente subverte informações: o cajado do lavrador vira uma foice, depois uma espingarda; Casco se transforma num bêbado que o perseguia por todas as tabernas; e ele próprio um justiceiro, corajoso, que afugenta o inimigo. A desfaçatez de Gonçalo é tanta que ele emenda o episódio diante do próprio Casco, que o procura após sair da prisão, dando ainda uma nova versão para sua fuga e covardia: “E olhe, Casco! Quando você me saiu ao pinhal eu levava um revólver na algibeira (...) Pense você agora que desgraça se tiro o revólver, se desfecho!... Que desgraça, hein?... Felizmente, num relance, pensei que me perdia, que o matava, e fugi. Foi por isso que fugi, para não desfechar o revólver...” (Queiroz, 1997: 360).

Outro episódio repetidamente narrado é o do embate de Gonçalo com o valentão de Nacejas. Nesse caso, as versões de Gonçalo mantêm as informações principais, porque afinal, na sua perspectiva, voltava então para casa vitorioso e honrado. O incremento e mesmo a deturpação da informação narrativa vem do “povo”, que aumenta a dimensão do perigo e o valor da reação de Gonçalo, e dos jornais, que enaltecem a imensa coragem do fidalgo da Torre, chegando a atribuir o pavoroso atentado sofrido por ele a desavenças políticas. Frise-se que, nesse caso, o contraponto entre o que acontece e o que se conta realça, enfaticamente, a deturpação de um evento de violência extrema em um espetáculo de glória e heroísmo que exalta a figura do opressor.

A noção de que há uma manipulação da verdade para atender às motivações individuais de Gonçalo, ganha destaque também pelo modo como ele vai ajustando seu comportamento e abrindo mão de princípios morais para alcançar o poder almejado. Reconhecermos isso é crucial para entendermos a evolução da personagem, sua verossimilhança psicológica. Essa característica de Gonçalo fica muito evidente no modo como se relaciona com André Cavaleiro e com o casal Sanches Lucena, mais particularmente com a viúva Ana Sanches Lucena, sobre a qual a percepção, extremamente machista de Gonçalo (e essa leitura não é anacrônica, mas se sustenta nas próprias pistas textuais que enfatizam o preconceito de gênero no romance),

vai se ajustando conforme passa a ver na herança dela uma oportunidade de fortalecimento econômico próprio.

Destaco aqui, no entanto, a relação de Gonçalo com André Cavaleiro. Desde o início da narrativa, nas suas conversas com os amigos, com Barrolo, quando relembra a traição de André à irmã, Gonçalo descarrega toda a sua raiva naquele que considera seu mais importante inimigo. No entanto, assim que tem a oportunidade de negociar com André um cargo político, a história muda drasticamente: “Eu, na realidade, também conservo a antiga simpatia pelo Cavaleiro. E certas questões íntimas, adeus!... Envelheceram, caducaram [...] E acredite você, Gouveia! Sempre que o vejo, sinto um apetite doido, mas doido, de correr para ele, de lhe gritar: ‘Oh! André! nuvens passadas não voltam, atira para cá esses ossos!’” (Queiroz, 1997: 316).

Esse desvio de rota tão abrupto, que “vendia o sossego da irmã por uma cadeira em S. Bento!”, que “rasgaria a sua dignidade” e “seu orgulho” (318), como o próprio discurso interior do protagonista reconhece, dando sinais da sua ressaca moral, é logo superado por um discurso “enganosamente autovalorativo ou autojustificativo” (Saraiva; Lopes, 2008: 882) que explica essa incoerência de princípios pela alegação do interesse público: “Mas, que diabo, havia superiormente o interesse do país! - E, tão admirável lhe apareceu esta razão, que a bradou com ardor na mudez da estrada: - ‘Há o país!’...” (Queiroz, 1997: 319).

Outro recurso discursivo basilar para a figuração de Gonçalo e para a configuração semântica da narrativa é o uso da elipse narrativa, em momentos cruciais da história, que é preenchida *a posteriori*, não pelo narrador extradiegético, mas por narradores intradieгéticos não confiáveis. Estratégia que podemos nomear de paralipse (Genette, 1995) – a obliteração momentânea de uma informação que a perspectiva abrangente do narrador poderia fornecer. A primeira elipse diz respeito às tratativas de Gonçalo com André Cavaleiro sobre o cargo político almejado. Não nos é permitido acompanhar a cena, o diálogo entre os dois, e vemos o episódio de fora, tal como os curiosos que cercam as instalações do Governo Civil. Assim, não sabemos, de fato, até onde Gonçalo foi para conseguir o que almejava. A versão retrospectiva sobre o que aconteceu nos bastidores da política é fornecida por Gonçalo em cuja palavra aprendemos a não confiar. Em sua versão, aliás, foi o próprio Cavaleiro que lhe ofereceu o cargo político: “– Se tu quisessees servir o País, ser deputado por Vila-Clara, já não estávamos embaraçados, Gonçalo! Se tu quisessees... E perante esta insistência que rogava, tão sincera e comovida, em nome do País, ele consentira, vergara os ombros: – Se te posso ser útil, e ao País, estou às vossas ordens.” (Queiroz, 1997: 325). Notamos novamente

alegado o falso motivo do serviço ao país, o qual, aliás, aparece referido ao menos em 13 situações no romance.

Atenho-me agora a outra elipse que me parece chave para a compreensão do colonialismo representado por Gonçalo: sua saga em África. Tal saga não é contada pelo narrador heterodiegético e também desperta a curiosidade dos amigos e familiares de Gonçalo. A elipse vem a ser preenchida por uma das mais fiéis escudeiras de Gonçalo, a prima Mendonça, que dizia trabalhar “para servir o brasão e o nome” (403) dos Ramires, cuja carta vem ainda atravessada pela versão do herói sobre suas conquistas em África.

Ele contou muitas coisas interessantes de África. Traz notas para um livro, e parece que o prazo prospera. Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares [...] No prazo já se construiu uma grande casa, próximo do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. Para felicidade completa até achou um excelente Administrador. Eu todavia duvido que ele volte para a África (Queiroz, 1997: 465).

Com efeito, os leitores podem desconfiar de que essa história, assim sumarizada tão ligeiramente, também não está bem contada e, então, contribuírem para preencher indeterminações dessa aventura, com base no “modelo mental” (Eder, 2013) que construíram de Gonçalo ao longo da narrativa. Atenho-me aqui a dois aspectos: o (não) trabalho e a violência.

O termo “trabalho” e seus derivados vêm referidos no romance, precisamente, 61 vezes. Já no primeiro parágrafo o verbo “trabalhar” aparece duplicado para mencionar a atividade a que se dedica o protagonista: a escrita da novela histórica. E um conjunto de qualificativos distribuem-se ao longo da narrativa para dignificar esse “nobre”, “sério”, “imenso” trabalho que é a escrita da novela histórica. A dificuldade e a gravidade dessa missão vêm, no entanto, matizadas por uma certa facilitação sobre a qual se apoia Gonçalo: “debruçado, acabando o charuto (...) pensava regaladamente que nem teria a cansa de esmiuçar as crônicas e os fólhos maçosados... Com efeito! toda a reconstrução Histórica a realizara, e solidamente, com um saber destro, o tio Duarte.” (Queiroz, 1997: 232).

Desse modo, seu trabalho seria apenas o de transpor as formas românticas para sua prosa “tersa e máscula” e assim disfarçar o plágio, com seu estilo e artifício: “E era um plágio? Não! A quem, com mais seguro direito do que a ele, Ramires, pertencia a memória dos Ramires históricos? (...) E, de resto, quem conhecia hoje esse Poemeto?” (Queiroz, 1997: 232). A ideia do plágio se repete quando Gonçalo aventa a hipótese de realizar um estudo sobre as origens visigóticas do Direito Público em Portugal: “Oh..., nada conhecia é

certo dessas Origens... Mas, com a bela *História da Administração Pública em Portugal* que lhe emprestara o Castanheiro, comporia corredidamente um resumo elegante” (239). O rigor no tratamento das informações históricas, a capacidade de pesquisa e de crítica diante dos fatos são substituídas assim por uma recomposição superficial e aligeirada do passado, recoberta por uma habilidade retórica.

A política é outro dos contextos em que a palavra “trabalho” ganha realce. Quando do estabelecimento do acordo com André Cavaleiro e o início da campanha para deputado de Gonçalo, as duas autoridades refletem em uníssono: “Trabalhar, meu irmão, que o trabalho/ E André, é virtude, é valor!...” (Queiroz, 1997: 350). No entanto, não conhecemos nenhum projeto político de relevância dos dois na história, apenas acompanhamos, em duas ocasiões ao menos, André se lastimar por uma reforma administrativa que lhe tinham posto nos ombros os colegas.

Fora isso, o que Gonçalo sabe exatamente fazer na história é mandar seus empregados, predominantemente aos berros (note-se essa menção exemplar: “E, indeciso, arrastava os passos no corredor, para gritar ao Bento ou à Rosa que lhe subissem uma limonada”, 236), e embasar o cultivo das suas terras na mão de obra de arrendatários. Interessante é perceber como o narrador distingue a qualidade laboral nos verdadeiros lavradores da terra, quando menciona as mãos de Pereira, que “meio século de trabalho na terra tornara negras e duras como raízes” (263); e a “encardida camisa de trabalho” (307) de Casco. Com esse privilégio de classe, representado no romance, fica difícil acreditar na informação da carta de que Gonçalo “plantou mil coqueiros” e que se envolveu diretamente na produção de borracha e cacau. Nesse sentido, não me aparece nada aleatória a informação de que Gonçalo “vem... ótimo!” de África, “Até mais bonito e sobretudo mais homem. A África nem de leve lhe tostou a pele. Sempre a mesma brancura!” (Queiroz, 1997: 464).

Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade*, reflete sobre a ociosidade e o parasitismo da classe dominante em Portugal, que é no romance representada por Barrolo, por Gonçalo e pela elite política – reflexão que, aliás, está muito próxima à de Antero de Quental sobre a conservação do velho espírito monárquico e seu “invencível horror ao trabalho” (Quental, 1871 *apud* Ribeiro, 2000: 88):

Empiricamente, o povo português é um povo trabalhador e foi durante séculos um povo literalmente morto de trabalho. Mas a classe historicamente privilegiada é herdeira de uma tradição guerreira de não trabalho e parasitária dessa atroz e maciça “morte de trabalho” dos outros. Não trabalhar foi sempre, em Portugal, sinal de nobreza e quando, como na Europa futura protestante, o trabalho se converte por sua vez em sinal de eleição, nós descobrimos colectivamente a maneira de refinar

uma herança ancestral transferindo para o preto essa penosa obrigação. É mesmo essa a autêntica essência dos Descobrimentos, o resto, embora imenso, são adjacências. (Lourenço, 2015: 128-129).

Faltou incluir justamente essa última perspectiva – a da exploração da mão-de-obra negra – na narrativa de regresso de Gonçalo, mas para imaginá-la também não nos falta suporte, especialmente se recorrermos à história do império africano na metade final do século XIX, quando a exploração de plantações agrícolas nos núcleos coloniais criou novas exigências de mão-de-obra escrava (Dias, 2013); como lembra também um dos mais importantes estudiosos desse assunto, Valentim Alexandre:

[durante a década de 1880] iam longe as ideias de Sá de Bandeira e de Andrade Corvo, que haviam dado impulso para a abolição do trabalho servil pelo parlamento português, em 1875. As práticas escravistas de correção do trabalho servil que não haviam de fato sido eliminadas nas colônias portuguesas, ganhavam nessa fase uma nova cobertura, tanto do ponto de vista legal como ideológico (2013: 22).

Algumas falas de outras personagens do romance deixam vir à tona essa questão: como a de Titó a sinalizar sua vontade de ir também para África para “tráfico com o negro” (Queiroz, 1997: 290), e a de Gouveia, que rebate a alegação dos “tantos trabalhos” no mar, de Gracinha, desse modo: “Quais trabalhos, minha senhora? Era desembarcar ali na areia, plantar uma cruzes de pau, atirar uns safanões aos pretos” (466).

Escolha arbitrária ou não, é o manejo do chicote, como uma reação aos fantasmas dos seus avós, que lhe pedem em devaneio “‘Neto, doce neto, toma a minha lança nunca partida!’ (...) ‘Oh neto, toma as nossas armas, e vence a sorte inimiga!’” (Queiroz, 1997: 412), o símbolo da consciência de poder de Gonçalo que vai redundar na sua eleição e posterior decisão de partir para África – ou poderíamos supor, na continuidade de uma história marcada por violências. “Depois de cortar a orelha e fazer borbolar sangue no corpo do valentão de Nacejas”, que assim cai e recua,

Gonçalo galgou sobre ele, noutro arremesso, com outra fulgurante chicotada, que o apanhou pela boca, lhe rasgou a boca, decerto lhe espedaçou dentes, o atirou, urrando, para o chão. As patas da égua machucavam as grossas coxas estendidas – e, debruçado, Gonçalo ainda vergastou, cortou desesperadamente face, pescoço, até que o corpo jazeu mole e como morto, com jorros de sangue escuro ensopando a camisa. (Queiroz, 1997: 417-418).

Após aplicar o mesmo tipo de violência ao rapazote que acompanhava o homem de Nacejas, o narrador completa: “O fidalgo da Torre sentia uma

alegria brutal!” (Queiroz, 1997: 417). Toda a bondade que Gonçalo exhibe diante de crianças e de fracos – diante daqueles que não ameaçam em nada seu poder, diga-se de passagem – ele não demonstra com o suplicante velho pai do agredido e faz-lhe marchar por um longo caminho, “vergado diante da égua, como um cativo” (419), enquanto “gozava aquelas calosas mãos que se erguiam para a sua misericórdia, invocavam o nome dos Ramires, de novo temido, repossuído do seu prestígio heroico” (418). Com essa cena assim tão dramaticamente desenvolvida, sobressai a ideia da incorporação por Gonçalo do poder e da violência dos velhos Ramires que, assim, se aproxima do mundo afonsino “tão bestial e tão desumano” (445) da sua novela histórica, ainda que renegue esse lado da história: “detesto vinganças”; “detesto ferocidades” (445).

É certo que Gonçalo não é um vilão típico, pois seus laivos de ternura e comoção diante da irmã, de crianças, de doentes e miseráveis o humanizam. “Uma bondade, contudo, que só sabe exercer-se sobre o filho de um homem que ludibriara e mandara prender” (Sacramento, 2002: 187), usando os pequenos inclusive para ameaçar Casco: “Depois é o tribunal, é a cadeia. E você tem mulher, tem filhos pequenos...” (Queiroz, 1997: 308). Apesar disso, como em outras situações, a sua generosidade é demasiadamente exaltada: “quem mostrou aquela caridade pelo filho do Casco merece estar em altar!” (447).

Em suma, quando consideramos os recursos retórico-discursivos (como a acentuada ironia e uma muito bem tecida rede lexical) e acionais (como a contradição entre a aparência e a essência, a manipulação da verdade dos fatos, o abandono progressivo de escrúpulos morais) que embasam a figuração de Gonçalo, fica mais difícil crer na regeneração moral do herói, baseada na aprendizagem dos valores do passado por meio da escrita (Cidade, 1975: 65), ou na metamorfose de um herói decadente em homem novo conquistada na viagem a África (Ribeiro, 2004: 96); ou ainda em sua aventura colonial como equivalente à heroicidade dos feitos do passado em vista de criar o Portugal novo (Berrini, 1984: 83). Na verdade, Gonçalo nunca esteve exatamente no lugar de um herói decadente, dados os privilégios que seu nome lhe garante, inclusive para, só com ele, impor a (in)justiça a outros, como ao Casco. Aliás, se a novela histórica e seu embate com o valentão de Nacejas, assim como sua campanha política lhe ensinaram alguma coisa, tal como indica sua epifania onírica no penúltimo capítulo, foi “descobrir a sua força!” (Queiroz, 1997: 457), tomar consciência de fato da sua posição de dominador – “e quando Gonçalo montou, todos o cercavam como vassalos ardentes, que a um aceno correriam a votar ou a matar” (447) – e a manejar melhor suas armas, como “um varão novo, soberbamente virilizado” e liberto da “som-

bra mole e torpe do seu medo” (419), da sua “desgraçada desconfiança” de si (457), para finalmente incorporar a “alma dos Ramires”.

Antônio José Saraiva e Óscar Lopes (2008) defendem que “a partir do antepenúltimo capítulo a ironia cessa e se prepara um desfecho que contém uma tese óbvia: a de um resgate nacional pelo colonialismo africano e por um novo e utópico ascendente da nobreza tradicional” (883). Ainda que Gonçalo, no alto da sua torre, conceba sua viagem já agora não só para o bem do país, mas como um grande feito para a humanidade, a ironia do narrador, ao meu ver, mantém-se em muitos momentos, tal como neste parágrafo que conclui a reflexão de Gonçalo sobre seu futuro, para não nos permitir esquecer do que sempre o motivou:

enlevado, e como se a energia da longa raça, que pela Torre passara, refluísse ao seu coração, imaginou a sua própria encaminhada enfim para uma ação vasta e fecunda, em que **soberbamente gozasse o gozo de verdadeiro viver, e em torno de si criasse vida, e acrescentasse um lustre novo ao velho lustre de seu nome, e riquezas puras o dourassem, e a sua terra inteira o bem-louvasse porque ele inteiro e num esforço pleno bem servira a sua terra** (Queiroz, 1997: 458, grifos meus).

Esse sentido implícito se confirma ainda pelo relato da condição final de Gonçalo, que foca exclusivamente na conquista de bens materiais em África, nos sinais de enriquecimento que aparecem já nas reformas da sua propriedade: “Mobílias, obras, égua inglesa... Tudo já dinheiro de África” (Queiroz, 1997: 467) e no próprio interesse no “dote tremendo” (465) de Rosinha, a nova pretendente de Gonçalo, tudo ao serviço das riquezas da sua torre e nada ao serviço do seu país. Aliás, quando tem a oportunidade de efetivamente mudar o país – como tanto prometera – gasta seus poucos meses na política com “jantares”, “tiros aos pombos”, “Caçadas de El-Rei” (459), deixando lá muito distante aquele alegado projeto político nacional que incluía a realização de reformas importantes como a “remodelação do Ensino, todo industrial, todo colonial, sem latim, sem ociosas belas-letas, criando um povo formigueiro de Produtores e de Exploradores...” (309).

Talvez uma pergunta elementar – que, por ser elementar, acabamos não fazendo – fosse suficiente para fazer desconfiar os leitores da lição final do romance: para que Eça teria insistido numa construção tão orgânica, calcada nos mesmos motes temáticos, para em poucas páginas finais realçar a mudança radical de Gonçalo num homem capaz de representar a reforma do sistema colonial que o país precisava para “ganhar vida” e levar “vida a África”? (Queirós, 1973: 240)? Aliás, a expressão de que Gonçalo desejava, antes, “em torno de si criar vida” (Queiroz, 1997: 458), parece-me suficientemente sugestiva de que colonialismo ele representa.

Ainda assim, como era de se esperar, ele é recebido com total aclamação em Lisboa: “o grande homem” (462) teve uma “chegada brilhante, muito brilhante” (463) que “parecia uma recepção de pessoa real” (464), com “toda flor da nobreza de Portugal, da velha, da boa”, a “nata de braços” (464) à sua espera: “E ali viemos todos, em nobre séquito, pela estação fora, entre o pasmo dos povos” (465). Uma visão grandiloquente e ufanista, recoberta por “uma mitologia arcaica e reacionária” (Lourenço, 2015: 33), calcada num “irrealismo prodigioso” (23) e no velho espírito monárquico. Não é por acaso que a menção à novela histórica volta no final, entre os amigos de Gonçalves, que relembram a “beleza” da perseguição ao Bastardo e reconhecem, a par da imaginação, o “saber” e a “verdade” daquela narrativa (Queiroz, 1997: 469); nem a afirmação de Titó sobre Gonçalves “Muito leviano, muito incoerente... **Mas tem a raça que o salva**” (469) ou de Gouveia a compará-lo com Portugal: “A desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide e aparece um herói, que tudo arrasa... Até a **antiguidade de raça, aqui pegada à sua Velha Torre, há mil anos...** Até agora aquele arranque para a África” (470, grifos meus). Como bem nos alerta Mário Sacramento (2002: 187), até as palavras de Gouveia que são tidas, muitas vezes, como a suprema e séria lição do romance, não deixam de estar travestidas da ironia queirosiana...

Referências

- ALEXANDRE, Valentim (2013). “O Império Africano (séculos XIX-XX) – As linhas Gerais”. In: Alexandre, Valentim (coord.). *O Império Africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, Edições Colibri.
- BENJAMIN, Walter (1987). “Teses sobre a História”. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense. Vol. I: 222-232.
- BERRINI, Beatriz (1984). *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CIDADE, Hernâni (1975). “A Ilustre Casa de Ramires e um Juízo de Costa Pimpão”. *Revista Colóquio/Letras*. Notas e Comentários, 23: 63-65.
- DIAS, Jill R. (2013). Relações Portuguesas com as Sociedades Africanas em Angola no Século XIX. In: Alexandre, Valentim (coord.). *O Império Africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa: Edições Colibri.
- EDER, Jens (2014). “Analyzing Characters. Creation, Interpretation and Cultural Critique”. *Revista de Estudos Literários*. Personagem e figuração. 4: 69-98. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rel/issue/view/155>
- GENETTE, Gérard (1995). *Discurso da Narrativa*. 3.ª ed. Lisboa: Vega.

- LOURENÇO, Eduardo (2015). *O Labirinto da Saudade*. 10.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (2014). “A Figuração Problematicadora de Gonçalo Mendes Ramires”. *Revista de Estudos Literários*. Personagem e figuração. 4: 15-42.
- QUEIRÓS, Eça (1973). *Cartas inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*. Porto: Lello & Irmão.
- QUEIROZ, Eça de (1997). *A Ilustre Casa de Ramires. Obra Completa*, vol. II. Rio de Janeiro: Aguilar.
- REIS, Carlos (2015). *Pessoas de Livro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004). *Uma História de Regressos*. Porto: Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (2000). *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Realismo e Naturalismo. 2.^a ed. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- SACRAMENTO, Mário (2002). *Eça de Queirós: Uma Estética da Ironia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANTOS, Giuliano Lellis Ito (2011). “A imagem dos Ramires e Gonçalo: construção do discurso da história através da manutenção do poder”. In: *A ideia de História no último Eça*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da USP.